



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1010696-73.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Allan Tadeu Pugliese, CPF 327.328.248-79 - Advogada Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Bezzi**  
 Requerido: **Rmc Transportes Coletivos Ltda, CNPJ 02.987.124/0002-19 - Advogado (a) Dr(a). Vinicius Cabral Nori e preposto Sr<sup>a</sup> Josiane Pierini Bertollo, RG nº 27.982.400-2**

Aos 13 de dezembro de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr<sup>a</sup> Gabriela. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Pelo ilustre procurador da requerida foi solicitado o prazo de 05 dias para juntada de carta de preposição, o que foi deferido. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). **Terminado o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas**, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Consta da petição inicial que na oportunidade em pauta o autor se encontrava com seu automóvel estacionado na rua Dr. Carlos Botelho, quando teve sua parte lateral esquerda atingida por um ônibus da ré no momento em que passou a seu lado. Já a ré, em contrapartida, refutou a ocorrência do acidente, deixando claro que não houve a colisão mencionada pelo autor. A única testemunha inquirida em juízo, Gabriela Ferreira Martins, deu respaldo a versão do autor. Confirmou que na oportunidade ele foi buscá-la e que quando já estava no interior do automóvel um ônibus da ré bateu contra sua lateral esquerda ao passar por ele. A circunstância da testemunha apresentar-se como namorada do autor não torna seu depoimento passível de dúvidas, por si só, não se apurando que havia possibilidade de outras testemunhas serem amealhadas para que prestassem relatos sobre o episódio em apreço. Bem por isso acolhe-se o relato formulado pelo autor, mesmo porque não há um indicio sequer que permitisse levar a ideia de que o mesmo teria forjado situação inexistente com o propósito de prejudicar a ré. Assentada a responsabilidade dessa em decorrência do embate, até porque sua negativa não contou com o apoio de qualquer elemento de convicção, resta definir o valor da indenização devida ao autor. Pelo que se pode apurar, o acidente atingiu a parte lateral esquerda do automóvel do autor. Como se vê na fotografia de fls. 19 essa parte não apresentava então nenhum tipo de amassamento, cumprindo registrar que apenas a traseira do veículo e a sua lateral direita (fls. 18 e 20) haviam sido danificadas por força de anterior episódio em que ele se envolveu. Nessa mesma direção, inclusive, foi o depoimento hoje produzido em audiência. Em consequência, o montante pleiteado pelo autor, e cristalizado no recibo de fls. 16, deve prosperar. Inexiste dúvida concreta de que por força da batida os serviços indicados naquele documento não tenham sido prestados, até porque eram*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*plenamente compatíveis com a natureza do acidente. A pretensão deduzida haverá de vingar tal como formulada, portanto. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 980,00**, com correção monetária a partir de agosto de 2016 (época da emissão do documento de fls. 16) e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Ana Carolina Bezzi

Requerido - preposta:

Adv. Requeridos: Vinicius Cabral Nori

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**